

APRESENTAÇÃO

Com novo rosto, mas na continuidade de um mesmo projecto científico e cultural, apresenta-se ao público este tomo de Lusitania Sacra. A estrutura da Revista mantém-se inalterada: artigos, notas de investigação, crónicas e recensões. Como se verá, procurou-se enriquecer estas duas últimas secções. Os resumos dos artigos passam a ser publicados simultaneamente em português e inglês, de modo a facilitar o acesso do público internacional que a revista vai tendo.

Sentimento, religião e política na época moderna foi o título escolhido para dar corpo a este número. O primeiro conjunto de textos aborda exactamente os sentimentos numa perspectiva a que poderíamos chamar de antropológica, quer no modo como os conceitos de amor e amizade cristãs influíram na cultura política e na relação com os pobres nos séculos XVI e XVII, quer no modo como o ideal e os sentimentos cristãos contribuíram para moldar a literatura da época, estudando um dos autores espirituais mais significativos do século XVI, Frei Agostinho da Cruz.

Um segundo núcleo de textos pode ser definido quer pela problemática que esteve na sua origem - modernidade versus ideal de cristandade, quer pelo facto de todos eles abordarem figuras e situações relativas à presença da Companhia de Jesus na sociedade portuguesa da época. Ao equacionarem temas como a relação entre cristianismo e direitos humanos, a utopia vieiriana do Quinto Império, a problemática da missionação no Oriente ou o lugar da Inquisição na sociedade portuguesa, encontramos como pano de fundo destes textos uma mesma problemática: a persistência da ideia de cristandade. Ideia de cristandade que, sendo ainda dominante no modo de olhar e pensar a sociedade a nível da relação da Igreja católica com a sociedade, começa a ceder terreno às questões suscitadas pela modernidade, tais como o ideal de tolerância religiosa, o valor de inculturação na missionação e o processo de secularização política em curso.

É nesta perspectiva de análise que explicitamente se insere o último artigo. A relação entre o regalismo e o desenvolvimento do processo de secularização em curso na sociedade portuguesa é o fio condutor da investigação acerca da vida conventual nos Açores na transição para a época contemporânea. Nele se analisa o modo como a teoria e prática regalista do século XVIII contribuíram para o reforço da monarquia e o aprofundamento da ideia de Estado nacional, em detrimento da ideia de império cristão, ainda patente nos séculos XVI e XVII.

É também no âmbito da época moderna que se enquadram dois dos textos publicados como notas de investigação. Em Clero torriense na transição para a modernidade: as visitas da Igreja de S. Miguel, Manuel Clemente apresenta uma incisiva análise de textos de visitas já publicados, relativos ao período 1462 a 1524, em função de uma realidade sócio-religiosa que considera já de transição entre a medievalidade e os tempos modernos e tridentinos. Referindo-se concretamente ao papel do clero, lapidarmente sintetiza: «Em termos muito gerais, pode-se dizer que no medievo se partia do princípio que a sociedade era cristã, apesar das minorias de mouros e judeus, desempenhando o clero uma função específica no conjunto da Cristandade: louvar a Deus e interceder pelos crentes, vivos e defuntos. [...] Na Idade Moderna, mesmo que se desconhecêssem oficialmente as minorias, foi-se tomando consciência de que a sociedade no seu todo estava longe de professar unânime e ortodoxamente a religião, precisando agora o clero de se dedicar sobretudo à instrução e à acção pastoral; daí a relevância das paróquias e o desenvolvimento da sua implantação».

A formação dos franciscanos no Brasil-Colónia à luz dos textos legais é outro texto publicado como nota de investigação. Circunscrevendo-se embora ao tema do ensino e formação, a riqueza das informações referidas aos textos legais analisados «não deixa de constituir um contributo representativo para o estudo da acção cultural dos Franciscanos no Brasil», que urge estudar. Na realidade, e apesar de significativa, esta acção encontra-se muito menos estudada que a dos congéneres missionários jesuítas, tendência historiográfica que este mesmo tomo não deixa involuntariamente de confirmar.

No primeiro artigo, Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII, Pedro Cardim procura demonstrar a ideia de que a pluralidade de formas de sociabilidade existentes no Antigo Regime assentavam num sentimento comum de matriz cristã, o amor pelo próximo, privilegiando no seu estudo «a interioridade das pessoas e o universo das disciplinas sociais, procurando explicitar os mecanismos informais que, a um nível profundo, organizavam a vida comunitária».

Analisando as imagens coetâneas do amor e da amizade veiculadas pelos textos, tanto no campo da teologia, da espiritualidade e doutrina cristãs, quanto no universo jurídico, da literatura em geral e da «literatura emblemática» (singular cruzamento entre as letras e as artes «visuais»), o autor constata «o enorme interesse pelo amor pelo próximo e pela amizade» e a «vasta panóplia de representações de benevolência» da época. A relevância política dessa imagética, assente num fundo teológico-jurídico, é aqui analisada, sublinhando-se o modo como «este conceito de vida afectiva teve uma vasta influência nos demais campos da interacção social», contribuindo para cimentar a relação entre pessoas que não tinham qualquer vínculo familiar.

Aprofundando as razões da amizade aristotélica, estóica e ciceroniana, constata-se que «a amizade e o amor estavam fortemente presentes na vida palaciana dos séculos XVI e XVII. A amizade enquanto sinónimo de estabilidade, de segurança, de lealdade e de fidelidade, era encarada como o antídoto mais eficaz para a instabilidade e a mudança constante que caracteriza o mundo aúlico». «Mas a verdade é que os demais sectores da sociedade de então também assentavam, a um nível profundo, na ordem dos afectos» - adverte-nos o autor.

«O poder ordenador dos afectos era omnipresente, estendendo-se a todos os sectores da comunidade», concretamente nos círculos da governação política, que o texto analisa. Neste particular, o estudo salienta que «os autores [da época] que estabeleceram um paralelo entre o senhorio divino e o governo régio não tinham propriamente o objectivo de divinizar a realeza, bem pelo contrário». «Esta crença numa política afectiva e eticamente orientada» é concretamente referida à obra de An-

tónio Ferreira a quem pertence «o retrato mais expressivo do monarca constrangido pelos ditames teológico-morais que eram inerentes ao seu ofício».

A revisitação da cultura política de seiscentos através da análise das figuras de «servidores, conselheiros e amigos», leva o autor a concluir que as normas da amizade instauravam uma efectiva ordem constitucional. «Repletas de ressonâncias religiosas, reforçavam o compromisso que, através do conselho, o rei mantinha com os diversos corpos do reino, inibindo a adopção de qualquer ‘novidade’», desencorajando nomeadamente «soluções mais autoritárias e individualistas do poder régio, ou seja, desligadas do compromisso moral que era inerente à benevolência entre o monarca e o reino».

Este entendimento teológico do mundo e da ordem que a ela presidia verificava-se nos vários níveis da vida em sociedade. O texto *Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes* (sécs. XVI e XVII) de Ângela Barreto Xavier dá-nos conta disso mesmo, a nível da presença e relação com os pobres no seio da sociedade.

A autora começa por identificar «duas grandes tendências antropológicas - e correspondentes percepções da pobreza e da miséria e modalidades de caridade - que coexistiam multissecularmente e tensionalmente nas sociedades ocidentais», a saber: uma que partia da ideia de que Deus «inventara a ordem desigual das coisas, a «diferença antropológica naturalizada»; a outra que pressupunha «uma antropologia igualitária ab initio». No primeiro caso, a pobreza e a miséria eram, antes de mais, um problema moral, enquanto que no segundo se metamorfoseavam em problema político.

Recorrendo a instâncias discursivas variadas, no artigo procura-se identificar «a regularidade de determinadas formas tópicas» sobre pessoas pobres e pessoas miseráveis, «em busca de amores e desamores que determinados sujeitos evocavam noutros quando eram por estes identificados». Contrapõe-se a figura de “pobre mais amado” à dos “povos meudos, mal armados e sem capitam”, isto é, aqueles cujos comportamentos eram considerados como podendo tornar-se perigosos e violentos relativamente à ordem social.

Historicamente os vários modelos sociais configuraram-se «quer a partir da análise da sociedade na perspectiva de uma economia moral, quer a partir da sua análise segundo os princípios de uma economia política», que aqui se perspectiva na relação entre a ordem dos sentimentos e o mundo da acção.

A tensão entre dois modelos referenciais e as suas diferentes apropriações históricas «marcariam as interações estabelecidas entre os membros da sociedade, os afectos políticos dominantes, o modo como se concebia a solidariedade social». No entanto, sublinha a autora, «apenas um deles teve fortuna discursiva no universo textual português», a saber: «a configuração que privilegiava o amor, a caridade integradora como atitude dominante em relação aos pobres». «Esta proclamação dos pobres como parte constituinte da própria ordem natural das coisas obrigava o cristão à prática da caridade, do amor e da amizade em relação a todo o seu próximo, porque o próximo era, para cada um, uma imagem de Deus».

A autora conclui que se os discursos sobre a pobreza terão sido diversos, a essa diversidade terá correspondido «uma grande unidade de soluções assistenciais», a partir do modelo da caridade cristã. É que o movimento de secularização em curso, nomeadamente no campo cultural e político, não é um movimento de negação nem necessariamente de distanciamento mas tão só de afirmação e desenvolvimento da autonomia dos vários níveis da vida social relativamente à sua matriz religiosa.

Forma de verdadeira expressão religiosa é também a poesia de Frei Agostinho da Cruz (1540-1619) de que se ocupa o trabalho de Vanda Anastácio, Amenos desertos (Em torno das églogas de Frei Agostinho da Cruz). Através de uma análise de textos poéticos e da sua inserção na literatura espiritual da época, o artigo realça o percurso de ascese espiritual proposto pelo capucho arrábido.

Esclarece-nos a autora: «trata-se exclusivamente de poesia religiosa, centrada sobre questões como a vida contemplativa, o aperfeiçoamento espiritual através do despojamento de si, a apologia da pobreza, da renúncia ao mundo, da busca do isolamento, do silêncio, da penitência que são, se não incompreensíveis para o leitor médio dos nossos dias, pelo

menos marginais em relação às suas preocupações». Residiria aí, aliás, uma das razões para o esquecimento desta obra pela crítica dos dois últimos séculos, qual «abismo intransponível entre a segunda metade do século XVI, em que Frei Agostinho da Cruz viveu, e os séculos XIX e XX».

Se o interesse de Frei Agostinho da Cruz pela poesia pastoril é, em grande medida, um produto da época, integrando-se o autor na tradição clássica renovada pelo Renascimento, Vanda Anastácio sublinha também as potencialidades próprias do género: «apesar de evocar um universo fictício, a poesia bucólica apresentou-se desde muito cedo como um discurso susceptível de uma leitura dupla, uma idealização sob a qual era possível vislumbrar - e visar - o mundo real». Mas, sublinha, «acima de tudo, Frei Agostinho da Cruz transporta para o mundo pastoril as mesmas inquietações de natureza religiosa que se nos deparam na sua restante poesia».

Das especulações e debates entre os diversos interlocutores postos em cena pela poesia do frade arrábido, «fica bem claro que a vida religiosa é o resultado de uma tomada de consciência que o autor designa por “desengano” [...] a que se chega através do sofrimento causado pela vida em sociedade». E acrescenta-se: «Entre os malefícios desta, há dois que são apontados com tanta frequência que adquirem valor paradigmático: a ingratidão (de amigos, familiares e príncipes) e o amor não correspondido». Encontra-se aqui, no campo dos afectos e dos sentimentos, o ponto de partida para a “renovação interior” que se procura.

Reencontramos afinal, os mesmos tópicos da mentalidade primo-moderna, já referenciadas nos artigos anteriores.

Em Política, religião e direitos humanos no século XVII: Vieira, Locke e Bayle, Bruno Cardoso Reis, analisa o pensamento dos autores referidos a partir de três questões: a legitimidade do poder, a ideia de tolerância e a escravatura. Partindo do pressuposto de «uma certa contemporaneidade de pensamentos e acções no campo político de António Vieira (1606-1697), John Locke (1632-1704) e Pierre Bayle (1647-1706)», o autor ensaia uma comparação entre os três pensadores cristãos. Na diversidade de situações e de confissões (católica, anglicana e reformada), e mesmo se a ortodoxia das suas crenças foi contestada, reclamavam-se os três da fé cristã. E é nessa mesma fé cristã e no reconhecimento da noção

de unidade fundamental da humanidade que Bruno Cardoso Reis filia o aparecimento dos três temas abordados, realçando a sua importância na emergência da modernidade política, em concreto, no surgimento da concepção dos direitos humanos.

«Nesta época de guerras e convulsões o ideal da sociedade como um só corpo com uma só fé, para lhe servir de espírito unificador, surge ainda como o peso de uma panaceia desejada por muitos» - alerta o autor, lembrando a matriz religiosa da Guerra dos Trinta Anos ou a Guerra Civil Inglesa. «Emerge, no entanto, com cada vez maior força, a ideia de que a diversidade religiosa era inevitável. Portanto, a paz civil e o interesse nacional teriam de ter outra base, a da tolerância». Ideia de tolerância para que os três autores contribuíssem, ainda que de modo distinto.

Daí também a necessidade de repensar a legitimidade dos sistemas políticos. E neste campo, concretamente dos direitos políticos, considera-se que «é Locke que, em contraste com Vieira, mas também Bayle, surge como o verdadeiro precursor dos direitos humanos», nomeadamente enquanto inspirador da Bill of Rights de 1689. No entanto, constata-se uma convergência ou mesmo «unanimidade de posições dos três: a ideia de que a Humanidade constituía apesar de todas as diferenças, uma unidade. Afinal, a diversidade com que o século XVII se confrontou não foi apenas a das crenças religiosas na Europa, foi também a dos novos povos descobertos na América e na África». E assim, no campo da escravatura, considera Bruno Cardoso Reis que «Vieira e Locke podem ser considerados precursores dos abolicionistas».

Como nota o mesmo autor, Vieira distinguiu-se de Locke e Bayle «não pela fé cristã, de que estes últimos também se reclamavam [...], mas sim, pelo peso que a Escatologia tinha nas suas convicções. Assim como, pelo facto de ser católico, uma concepção de fé que era incompatível com o estatuto de pura privacidade».

O artigo visa afinal demonstrar que António Vieira, «face a Locke e a Bayle, não surge, de forma alguma, como uma figura retrógrada e obscurantista» mas como pensador e homem de acção com «posições arrojadas» procurando assim afastar-se das concepções historiográficas iluministas e liberais: a ideia do século XVII como “reino cadaveroso” e a visão dos Jesuítas como parte integrante da “lenda negra” do Antigo Regime.

É ainda desta mesma «figura proeminente da História de Portugal do século XVII» que se ocupa José Eduardo Franco, em extenso e desenvolvido trabalho: *Teologia e utopia em António Vieira. Sublinhando a «personalidade multifacetada e exuberante» do pregador e missionário, o trabalho concentra-se numa das facetas mais importantes, «a sua produção teológica, política e futurista sobre o ideal messiânico-milenarista, intitulado comumente de Quinto Império».* O autor começa por analisar os fundamentos do messianismo, concretamente patrísticos, e estabelece uma distinção com os milenarismos, para melhor caracterizar e analisar o que considera serem movimentos messiânico-milenaristas.

No debate em torno do messianismo pátrio e centrando-se na época moderna, o texto sublinha o papel do sebastianismo: «O messianismo português apresenta como dimensão intrínseca o sebastianismo, sendo este, em determinada perspectiva, entendido como a chave hermenêutica para a compreensão da história do país, de certo modo, de evolução da cultura portuguesa desde a modernidade». Sugestivas são as leituras do mito sebastianista que o autor então percorre, filiando nele vários outros movimentos históricos ligando-os a uma primitiva perspectiva messiânica: «Assim sendo, como sucedêneos podemos apontar o bandarrismo, o joanismo, o miguelismo, o sidonismo e, em certos aspectos, o salazarismo e o 25 de Abril, em correlativos pressupostos míticos», nomeadamente na temática de afirmação da nacionalidade.

Sobre o pensamento de Padre António Vieira propriamente dito, ocupa-se o texto no extenso ponto 4. O seu objectivo é demonstrar que «à luz da teologia histórico-política, o sistema doutrinal deste jesuíta é original e que nele se pode encontrar uma síntese, na qual se encontram enunciadas algumas das grandes preocupações dos homens dos séculos XVI e XVII». Percorrendo a literatura sobre Vieira, o texto analisa o seu profetismo, referindo-se às principais correntes que o terão inspirado, para sublinhar a importância das categorias de tempo e de história na problemática do Quinto Império. Com uma visão providencialista e uma «concepção temporal que dista da protologia até à escatologia», na perspectiva do autor, o edifício utópico-messiânico de Vieira «ultrapassa largamente os limites da perspectiva lusocêntrica e do messianismo heterodoxo, popular e profano», sendo visto como «um

outro nome para a esperança» cristã e como projecto de regeneração da humanidade.

Procurando responder às angústias da sociedade seiscentista e fazendo-se eco dos grandes debates teológicos e eclesiológicos da modernidade, o modelo do Quinto Império é herdeiro da ideia de crmandade e de uma concepção de «sociedade eminentemente sacral que se queria entendida à escala mundial através de um esforço de expansão totalizante do cristianismo a todas as comunidades e culturas humanas ao sabor de um ideal proselitista típico da Cruzada». Mas, «a ideia quinto-imperialista exprime também o esforço de pensar o Homem e a História na perspectiva da salvação individual e colectiva proposta pelo Evangelho». Ou seja, teologicamente, «o ideal soteriológico constituía uma exigência missionária do cristianismo» e o «carácter totalizante deste mandato soteriológico cristão relaciona-se com a compreensão eclesiológica da conversão de todos os povos e culturas que devia resultar numa consequente integração na Igreja».

Se, como nos adverte o autor, a vida e a obra de Vieira nem sempre terão sido devidamente valorizadas «por razões de carácter político, religiosos e ideológico», é também verdade que as celebrações do terceiro centenário da sua morte, em 1997, contribuíram para um maior conhecimento da sua obra e um aprofundamento do seu pensamento, numa dinâmica que se espera possa prolongar-se, agora que se celebram os 500 anos da descoberta do Brasil e da sua missionação cristã.

É precisamente do movimento da missionação na época moderna que se ocupa um outro trabalho publicado neste tomo, da autoria de André Ferrand de Almeida: Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a crmandade da Abissínia e os portugueses nos séculos XVI e XVII.

Começando por analisar a génese do cristianismo na Etiópia por volta do século IV da nossa era, o texto retoma o debate e os diferendos cristológicos na Antiguidade Tardia e refere o progressivo isolamento da Etiópia cristã no contexto da conquista árabe e da expansão do Islão, em ordem a uma compreensão das particularidades do cristianismo da Etiópia. O renascimento monástico dos séculos XIII e XIV e as reformas religio-

sas locais promovidas no século XV permitem melhor enquadrar a cristandade que os ocidentais aí encontraram.

No quadro da política de D. Manuel I e de D. João III, o texto analisa então a oscilação de interesses dos portugueses relativamente à Etiópia, para se entrar no projecto da sua conversão ao catolicismo e combate às práticas do cristianismo local, consideradas erróneas pelos europeus. Este projecto, apoiado na recém-criada Companhia de Jesus, revelou dificuldades insuperáveis resultantes do confronto com tradições antiquíssimas, que o autor resume: «O apoio popular às práticas religiosas ligadas ao Antigo Testamento, por um lado, e a ligação entre a Igreja e o Estado, por outro, eram demasiado fortes para que um grupo de missionários, ainda que com o apoio do negus, como aconteceu com Susenyo, pudesse mudar a religião de todo um povo num espaço de tempo relativamente curto».

É também da Companhia de Jesus que se ocupa o trabalho de Pedro Lage Corria: O caso do Padre Francisco Pinheiro: estudo de um conflito entre a Inquisição e a Companhia de Jesus no ano de 1643. Como indica o título, o texto parte de um caso concreto para analisar as relações entre as duas instituições e também a Universidade de Évora, ilustrando alguns dos mecanismos de funcionamento da Inquisição enquanto estrutura de poder e controle social, na sua relação com a Igreja e a Coroa. O caso é exemplar a nível das lógicas sociais em confronto e dos discursos religiosos que as sustentam, situado o conflito no momento político que se vive em Portugal, com a restauração da independência.

O último artigo da revista ocupa-se exactamente da problemática da secularização, na transição da época moderna para a época contemporânea. No texto A vida conventual nos Açores - regalismo e secularização (1759-1832), Maria Fernanda Enes pretende «averiguar a vitalidade do ideal de consagração e da missão pastoral e cultural das ordens religiosas masculinas e femininas no dealbar do Liberalismo», de modo a compreender «se as leis cartistas de extinção representam, tão-só, um acto de poder contra a Igreja, de efeitos contrários à sua dinâmica interna ou se se integraram numa conjuntura que confluía para uma alteração estrutural».

Começando por um enquadramento geral da vida religiosa nos Açores, a autora sublinha a convergência verificada entre a teoria e a prática regalista setecentista com a situação do padroado detido pela Coroa portuguesa relativamente à Igreja católica nos Açores, desde o século XVI. Convergência que facilitou a assumpção pela tutela régia de parte do poder eclesiástico e a tomada de iniciativas legislativas relativamente às corporações religiosas, que viram a sua actividade cerceada ao longo deste período. Como explicar tal política? Ter-se-á verificado um «esgotamento da missão específica» daquela forma de vida religiosa? A prática regalista provocou ou acompanhou um «enfraquecimento do seu vigor espiritual»? São estas algumas das interrogações a que o trabalho procura responder, sublinhando-se «a grave situação em que se encontrava a vida conventual tanto masculina como feminina» neste período, a exigir verdadeiras reformas.

Se a intervenção régia na vida religiosa «não favorecia a actuação reformadora pretendida por alguns prelados diocesanos, nem a intromissão dos gerais das ordens», «a reforma eficaz não poderia vir exclusivamente do exterior». Nota-se: «Não encontramos, porém, qualquer indício dum movimento regenerador eficaz no interior das famílias religiosas».

Nesta perspectiva, a diminuição de candidatos à vida conventual, verificada no primeiro quartel de oitocentos, compreende-se por razões «tanto de natureza intrínseca como extrínseca». As sucessivas tomadas de posição régia, desde meados de setecentos, proibindo ou limitando o acesso à vida regular, visavam afinal não apenas «a defesa da sã espiritualidade e da autenticidade da vocação religiosa», mas também «objectivos económicos do equilíbrio do erário público, como de resto se viria a confirmar com a extinção das ordens e respectivo sequestro dos bens».

Em síntese, a política de secularização seguida pela autoridade e administração nacionais, apoiando-se embora nos sinais de «enfraquecimento da espiritualidade», «representava também a alteração das condições sócio-económicas e mentais da época». Em resumo, e para o caso dos Açores: «O ideal religioso de consagração de moldes modernos estava nitidamente em crise [...]. A conjuntura político-económica alterara-se bem assim a ideia da função e a imagem da vida consagrada. Ao mesmo tempo que se considerava um desperdício de vida humana, de bens

acumulados e, nomeadamente da potencialidade demográfica uma riqueza humana e económica, enfraquecia a dinâmica espiritual no interior dos conventos».

Assim se compreende que as mudanças conjunturais verificadas no que concerne às formas de vida religiosa, evidencie uma mudança significativa e de longa duração. A secularização surge então como sinónimo de um movimento de contínuas e profundas transformações da vida da sociedade, no sentido da afirmação e reconhecimento da sua autonomia relativamente ao quadro religioso. As tensões e conflitos verificados no processo de delimitação, reconhecimento e separação da esfera da acção do Estado e das Igrejas, em que o regalismo se integra, é um dos níveis de desenvolvimento desse processo civilizacional.

P. F.